



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO - PAF 2021 - RECEITA PÚBLICA

Obs: respondam às perguntas com o maior detalhamento possível. As evidências para a comprovação das afirmativas, sejam elas positivas, negativas - ou mesmo, incompletas - poderão vir a ser verificadas a posteriori por meio remoto ou presencial.

QUESTIONÁRIO

Item	Questão	Respostas	Responsáveis pela resposta (nome/cargo)
Q1	O Município dispõe de mapa georreferenciado das parcelas territoriais adstritas ao perímetro urbano?	<input type="checkbox"/> S <input type="checkbox"/> N Comentários:	
Q2	O Município disponibiliza na web a representação geométrica das parcelas por meio do sistema de geoprocessamento? Se sim, qual é o endereço do site?	<input type="checkbox"/> S <input type="checkbox"/> N Comentários:	
Q3	O município possui camada georreferenciada dos lotes urbanos?	<input type="checkbox"/> S <input type="checkbox"/> N Comentários:	
Q4	O município possui camada georreferenciada das edificações dos imóveis urbanos?	<input type="checkbox"/> S <input type="checkbox"/> N Comentários:	
Q5	O Município possui camada georreferenciada dos logradouros do Município?	<input type="checkbox"/> S <input type="checkbox"/> N Comentários:	
Q6	O Município possui camada georreferenciada das Áreas de Preservação Permanente do Município?	<input type="checkbox"/> S <input type="checkbox"/> N Comentários:	
Q7	O Município possui camada georreferenciada das áreas de ocupação informal ou de invasões?	<input type="checkbox"/> S <input type="checkbox"/> N Comentários:	
Q8	Além dessas, de quais camadas georreferenciadas o Município dispõe?	Comentários:	
Q9	Das camadas citadas acima, há alguma que esteja desatualizada? Se sim, de quando foi a última atualização e quais são os motivos?	<input type="checkbox"/> S <input type="checkbox"/> N Comentários:	
Q10	Caso não haja mapa georreferenciado, o Município possui alguma outra representação de seu território urbano? (ex.: mapa situacional em formato dwg, mapa de loteamentos em formato físico)	<input type="checkbox"/> S <input type="checkbox"/> N Comentários:	
Q11	Há rotina estabelecida para a atualização contínua deste mapa? Se sim, como ocorre?	<input type="checkbox"/> S <input type="checkbox"/> N Comentários:	
Q12	Há regulamentação (legal ou infralegal) que estabeleça essa rotina? Se sim, quais são os instrumentos?	<input type="checkbox"/> S <input type="checkbox"/> N Comentários:	
Q13	Qual é o setor responsável pela gestão do mapa urbano do Município (seja este georreferenciado ou não)?	Comentários:	
Q14	Quais são os sistemas informatizados utilizados pelo Município para gerir essas representações geométricas das parcelas territoriais (QGIS, ArcGIS, Autocad)?	Comentários:	
Q15	Os servidores do Município dominam tecnologias como os sistemas SIG (Sistemas de Informações Geográficas)?	<input type="checkbox"/> S <input type="checkbox"/> N Comentários:	
Q16	Qual é a rotina adotada pelo Município para identificar e cadastrar alterações nos imóveis urbanos (novas edificações, ampliações)?	Comentários:	

Q17	Há rotina de fiscalização para aferir <i>in loco</i> as características físicas dos imóveis cadastrados? Se sim, como ocorre?	<input type="checkbox"/> S <input type="checkbox"/> N Comentários:	
Q18	Quais são os procedimentos adotados pelo Município para a atualização cadastral dos proprietários dos imóveis (dados pessoais, endereço de correspondência)?	Comentários:	
Q19	Há regulamentação (legal ou infralegal) que estabeleçam essas rotinas/procedimentos (Q16, Q17, Q18)? Se sim, quais são os instrumentos?	<input type="checkbox"/> S <input type="checkbox"/> N Comentários:	
Q20	Qual é o setor na prefeitura responsável pela gestão do cadastro territorial urbano, quanto às informações alfanuméricas (ex: BCI)?	Comentários:	
Q21	Há a troca sistemática de dados entre os órgãos e entidades da Prefeitura com a finalidade de manter o cadastro territorial urbano atualizado? Se sim, como ocorre?	<input type="checkbox"/> S <input type="checkbox"/> N Comentários:	
Q22	O Município possui algum convênio com concessionárias de serviços públicos ou acordo com cartórios de registro de imóveis para a troca de informações quanto aos imóveis urbanos do Município? Se sim, quais?	<input type="checkbox"/> S <input type="checkbox"/> N Comentários:	
Q23	O Município se ampara em alguma base cartográfica para manter o cadastro territorial urbano atualizado (ex.: imagens aéreas do Google Earth, Google Maps, Parana Interativo)? Se sim, em quais?	<input type="checkbox"/> S <input type="checkbox"/> N Comentários:	
Q24	Quais são os sistemas utilizados pelo Município para gerir o cadastro territorial urbano no que se refere às bases alfanuméricas (ex: módulo de cadastro imobiliário do sistema tributário 'x')?	Comentários:	
Q25	Há alguma região da cidade não coberta pelo cadastro territorial urbano? Se sim, quais?	<input type="checkbox"/> S <input type="checkbox"/> N Comentários:	
Q26	Os imóveis das áreas informais ou de invasões constam no cadastro territorial urbano?	<input type="checkbox"/> S <input type="checkbox"/> N Comentários:	
Q27	Os imóveis de entes públicos (União, Estado, Município) possuem registros no cadastro territorial urbano?	<input type="checkbox"/> S <input type="checkbox"/> N Comentários:	
Q28	Quais as principais causas para o pedido de revisão do valor do IPTU lançado (ex.: valor venal, alíquotas, proprietários incorretos)?	Comentários:	
Q29	O Município possui um cadastro único de pessoas (moradores, contribuintes) em que todas as secretarias e entidades públicas possam acessar e compartilhar informações em comum?	<input type="checkbox"/> S <input type="checkbox"/> N Comentários:	
Q30	O Município adota qual tipo de avaliação para o levantamento dos valores venais dos imóveis urbanos do Município para fins de lançamento de IPTU?	<input type="checkbox"/> Avaliação em massa <input type="checkbox"/> Avaliação individual	
Q31	Caso o Município adote avaliação em massa, ela se dá por meio de uma Planta Genérica de Valores (PGV)? Se sim, qual é o instrumento legal ou infralegal que disciplina a Planta?	Comentários:	
Q32	Caso o Município adote avaliação individual dos imóveis, como é o procedimento adotado?	Comentários:	
Q33	O Município adota algum procedimento para a formação de uma base de dados que subsidie a atualização dos valores venais adotados pela Planta Genérica de Valores (PGV) do Município? Se sim, quais?	<input type="checkbox"/> S <input type="checkbox"/> N Comentários:	
Q34	Durante os intervalos entre avaliações gerais (ex.: edição de PGV), a base de cálculo do IPTU foi reajustada periodicamente de modo a corrigir as perdas inflacionárias? Se sim, por meio de quais instrumentos foram adotadas essas	Correção dos valores venais da PGV (inserir o instrumento legal, o índice oficial e o	
Q35	O Administração tributária elabora periodicamente cronograma de fiscalização tributária? Há procedimento formal de planejamento para os trabalhos de fiscalização em contribuintes do ISS?	<input type="checkbox"/> S <input type="checkbox"/> N Comentários:	
Q36	Existe fiscalização baseada em monitoramento de arrecadação de contribuintes do ISS? Se sim, quais serviços são monitorados?	<input type="checkbox"/> S <input type="checkbox"/> N Comentários:	
Q37	Nos últimos anos, os fiscais de tributos receberam algum treinamento para o desempenho de suas atribuições específicas de fiscalização, como, por exemplo, a fiscalização do ISS devido por instituições financeiras, cartórios,	<input type="checkbox"/> S <input type="checkbox"/> N Comentários:	

Q38	No Município, existe sistema de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e?	() S () N Comentários:	
Q39	Todos os bancos situados no município recolhem o ISS sobre seus serviços bancários? Qual o regime de contribuição adotado?	() S () N Comentários:	
Q40	São realizados procedimentos de fiscalização para averiguar a correção dos valores informados e recolhidos pela instituições bancárias, mediante comparação com seus demonstrativos contábeis (COSIF)?	() S () N Comentários:	
Q41	Há previsão, na legislação municipal, de obrigação acessória para apresentação de declaração periódica pelas instituições financeiras, de modo a possibilitar a adm tributária aferir a base de cálculo do imposto e o	() S () N Comentários:	
Q42	O município possui software de inteligência fiscal para as instituições financeiras, de modo a recepcionar de maneira automática as informações necessárias para a apuração do imposto a recolher pelo contribuinte?	() S () N Comentários:	
Q43	O Município possui em seu cadastro mobiliário contribuintes de registro públicos cartorários e notariais?	() S () N Comentários:	
Q44	O Município adotado procedimento de fiscalização dos valores de ISS recolhidos pelos Cartórios? Em caso afirmativo, qual o procedimento adotado?	() S () N Comentários:	
Q45	Com relação ao ISS sobre construção civil, há previsão legal de obrigatoriedade de apresentação do movimento econômico à fiscalização do ISS como condição para o registro imobiliário ou demais licenciamentos	() S () N Comentários:	
Q46	É exigida a quitação do imposto apurado na concessão do habite-se?	() S () N Comentários:	
Q47	No Município há agentes fiscais com certificação digital e-CPF, de modo a possibilitar o acesso ao Portal do Simples Nacional? Em caso negativo, o acesso é limitado ao prefeito (usuário-mestre)?	() S () N Comentários:	
Q48	Com relação ao Simples Nacional, o Município possui procedimento implementado no intuito de comparar o faturamento declarado no PGDAS-D com o faturamento declarado com base na emissão de documentos fiscais?	() S () N Comentários:	
Q49	Em relação ao ITBI, há procedimentos de conferência em relação ao valor da transação imobiliária declarado pelo contribuinte? Em caso afirmativo, qual o procedimento?	() S () N Comentários:	
Q50	A administração tributária realiza avaliações de imóveis para fins de arbitramento do valor do ITBI? Em caso afirmativo, essa avaliação é feita por profissional habilitado?		
Q51	Há convênios/intercâmbio de informações entre a administração tributária e os cartórios locais sobre os registros imobiliários ocorridos na região?	() S () N Comentários:	
Q52	Houve a concessão de isenções tributárias de ISS, IPTU ou ITBI nos últimos 5 (cinco) anos pelo Municípios? Em caso afirmativo, quais foram os tipos/categorias de isenções?	() S () N Comentários:	
Q53	Por meio de quais atos (legal ou infralegal) essas isenções foram regulamentadas?	Comentários:	
Q54	Qual é o procedimento adotado no Município para a análise e a autorização dessas isenções?	Comentários:	
Q55	Há regulamentação (legal ou infralegal) que estabeleça esse procedimento? Se sim, qual é o instrumento?	() S () N Comentários:	
Q56	A Procuradoria participa do processo de concessão de isenções tributárias? Se sim, como?	() S () N Comentários:	
Q57	É prática do Município a revisão anual do cumprimentos das condições necessárias à obtenção da isenção pelo contribuinte?	() S () N Comentários:	
Q58	Há rotina de cobrança administrativa (extrajudicial) dos créditos tributários vencidos e não pagos? Se sim, como ocorre?	() S () N Comentários:	

Q59	Há rotina de cobrança judicial dos créditos tributários vencidos e não pagos? Se sim, como ocorre?	<input type="checkbox"/> S <input type="checkbox"/> N Comentários:	
Q60	Há regulamentação (legal ou infralegal) que estabeleça a rotina de cobrança extrajudicial e judicial (Q57 e Q58)? Se sim, quais são os instrumentos?	<input type="checkbox"/> S <input type="checkbox"/> N Comentários:	
Q61	O Município adota o protesto como meio de cobrança extrajudicial? Caso positivo, como se dá o fluxo? Caso negativo, por que não adota?	<input type="checkbox"/> S <input type="checkbox"/> N Comentários:	
Q62	Há regulamentação (legal ou infralegal) que estabeleça a cobrança por meio de protesto? Se sim, qual o instrumento?	<input type="checkbox"/> S <input type="checkbox"/> N Comentários:	
Q63	O município possui regulamentos para a inscrição de inadimplente em cadastros de devedores (Cadin, Serasa)?	<input type="checkbox"/> S <input type="checkbox"/> N Comentários:	
Q64	Há regulamentação (legal ou infralegal) que estabeleça valor mínimo para a execução fiscal? Se sim, qual é o valor e o instrumento?	<input type="checkbox"/> S <input type="checkbox"/> N Comentários:	
Q65	Qual setor é responsável pelo controle do prazo prescricional dos créditos tributários em aberto? Em caso afirmativo, como é feito esse controle (ex: sistema, planilhas)?	<input type="checkbox"/> S <input type="checkbox"/> N Comentários:	
Q66	A Procuradoria adota diligências para conferência do sujeito passivo da cobrança dos créditos inscritos em dívida ativa (ex.: circularização em cartórios, concessionárias de serviço público) antes do protesto ou execução	<input type="checkbox"/> S <input type="checkbox"/> N Comentários:	
Q67	A Tributação adota diligências para conferência do sujeito passivo da cobrança dos créditos inscritos em dívida ativa (ex.: circularização em cartórios, concessionárias de serviço público) antes do protesto ou execução	<input type="checkbox"/> S <input type="checkbox"/> N Comentários:	
Q68	Quais são as principais causas de extinção das execuções fiscais por motivo diverso do pagamento (ex: prescrição, falta de notificação, erro de cálculo, ilegitimidade passiva, débito já quitado)? Quais as medidas tomadas para	Comentários:	
Q69	Qual é o procedimento para baixa/cancelamento dos créditos tributários nos casos de erro de lançamento?	Comentários:	
Q70	Qual é o procedimento para baixa/cancelamento dos créditos tributários vencidos nos casos de prescrição?	Comentários:	
Q71	Há regulamentação (legal ou infralegal) que estabeleça essas rotinas de baixa (Q69, Q70)? Se sim, quais são os instrumentos?	<input type="checkbox"/> S <input type="checkbox"/> N Comentários:	
Q72	Como é registrada a motivação da baixa dos créditos tributários em aberto (ex: campo do sistema, processo administrativo)?	Comentários:	
Q73	Há arquivamento da documentação que suporta a motivação do cancelamento?	<input type="checkbox"/> S <input type="checkbox"/> N Comentários:	
Q74	A Procuradoria participa do processo de baixa dos créditos tributários? Se sim, como?	<input type="checkbox"/> S <input type="checkbox"/> N Comentários:	
Q75	Quem são os servidores responsáveis por efetivar a baixa de créditos tributários no sistema informatizado? (nome/cargo)	Comentários:	
Q76	Para a efetivação dos pedidos de baixa, é necessária a autorização formal por parte de algum servidor? Se sim, de quem? (nome/cargo)	<input type="checkbox"/> S <input type="checkbox"/> N Comentários:	
Q77	No município, há lei que preveja cargos e respectivas atribuições de fiscal de tributos? Em caso afirmativo, há agentes públicos investidos no referido cargo?	<input type="checkbox"/> S <input type="checkbox"/> N Comentários:	
Q78	Os servidores que atuam na fiscalização tributária são agentes investidos no cargo específico de fiscal de tributos? Em caso afirmativo, informá-los (nome/cargo)	<input type="checkbox"/> S <input type="checkbox"/> N Comentários:	
Q79	Em caso de Q77 ser afirmativo, os agentes investidos no cargo específico de fiscal de tributos promove algum tipo de fiscalização ou atividade não relacionada a tributos? Em caso afirmativo, informar as atividades e o fiscal.	<input type="checkbox"/> S <input type="checkbox"/> N Comentários:	

Q80	Existem candidatos aprovados em concurso público, ainda dentro do prazo de validade, para a carreira de fiscal de tributos, que não foram convocados?	<input type="checkbox"/> S <input type="checkbox"/> N Comentários:	
Q81	Quais são os servidores, cargos, funções e atividades das pessoas que atuam no setor tributário?	Comentários:	